

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Sueli Carneiro II (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 27min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Sueli Carneiro II
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Levantamento de dados: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 30/03/2012

Duração: 1h 27min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil”, desenvolvido em convênio com a Fundação Ford, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos histórico-documental sobre os 50 anos da atuação da Fundação Ford no Brasil e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Ação Social; África; África do Sul; André Franco Montoro; Anos 1970; Anos 1990; Brasil; Capital estrangeiro; Desigualdade social; Direitos humanos; Discriminação racial; Ditadura; Educação; Ensino público; Etnias; Família; Feminismo; Filosofia; Fundação Ford; Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Infância; Militância política; Movimento negro; Negros; Pontifícia Universidade Católica; Pós - graduação; Racismo; Redemocratização; São Paulo; Universidade de São Paulo; Violência; Vladimir Herzog;

Sumário

Entrevista 30 de março 2012: A experiência de vida comunitária em bairros populares da cidade de São Paulo; a formação em escolas públicas; o ingresso na Universidade de São Paulo (USP) no curso de Filosofia em 1972; o mestrado na área de Sociologia; o abandono do mestrado e a ida para o ativismo social; a volta para USP em 1999 na área de educação e o doutorado no campo das relações raciais no Brasil; a experiência na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e o trabalho com Octavio Ianni; a discriminação racial na infância e a educação familiar; o contexto de militância dos anos 1970 e o combate à Ditadura Militar na USP; o nascimento do Movimento Negro Unificado; o início do processo de redemocratização; a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, do Conselho do Negro e do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo durante a gestão Franco Montoro; a importância vital do financiamento da Fundação Ford e os primeiros contatos; o diálogo entre o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a Fundação Ford; o tratamento da questão racial pela Fundação Ford e o apoio mais efetivo às organizações de combate ao racismo; o início do Geledés - Instituto da Mulher Negra; os direitos humanos no Brasil e o caso de Vladimir Herzog; o termo Geledés; as mudanças de program officers na Fundação Ford e o impacto no Geledés; as conquistas de Durban; a construção da figura do “afrodescendente”; a perspectiva internacionalista da questão racial, o pan africanismo e a concepção de diáspora africana; a promulgação da lei de obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira durante o governo Lula; o racismo como causa da desigualdade; comparação entre o progresso do movimento das mulheres e dos afrodescendentes; o jovem negro, a violência e a mulher na sociedade; a primeira experiência com a questão de ação afirmativa e o projeto piloto “Geração 21”; o racismo no Brasil.

Entrevista: 30/03/2012

L.O. – Antes da gente entrar propriamente na instituição, na ONG, a gente gostaria de pedir para você falar um pouco da sua formação. Sua formação mesmo, dados familiares até, vamos dizer assim, antes do Geledés.

S.C. – A minha história escolar, você quer saber sobre isso?

H.A. – Rapidamente o que você...

S.C. – Bom, eu tenho 61 anos, sou nascida em São Paulo. Sou a mais velha de uma família de sete filhos. Filha de ferroviário e mãe de prendas domésticas. Então, venho de uma experiência de vida comunitária em bairros populares da cidade de São Paulo. Culturalmente eu me considero uma pessoa proletária por conta da minha origem e da minha experiência mesmo de vida. Eu entrei na universidade... Sempre estudei em escola pública, em todos os níveis de educação. Prestei vestibular para a Universidade de São Paulo para o ano de 1972. Entrei em 72 em Filosofia. Depois eu iniciei mestrado na área de Sociologia, pensando estudar... Na verdade, em função de uma dificuldade decorrente da própria questão racial, eu não tive a oportunidade de evoluir na minha primeira tentativa de mestrado que era em filosofia africana. Como filosofia africana era um tema absolutamente desconhecido no departamento de Filosofia e era considerada tradição oral, embora houvesse toda uma vasta produção filosófica contemporânea oriunda da África, mas que era completamente desconhecida no nosso departamento. Fui encaminhada para a área de Sociologia, porque abrigava o centro de estudos africanos e que talvez pudesse dar conta da minha pretensão.

L.O. – Podia ter encaminhado direto para a Antropologia. [risos]

S.C. – Eu tentei começar o mestrado ali, mas percebi que também não tinha caminho para o que eu estava interessada. E aí me mudei para a PUC¹. Também não consegui encaixar o meu projeto de pesquisa ali, mas, ao mesmo tempo, eu já estava começando a me envolver

¹ Pontifícia Universidade Católica

fortemente com os movimentos sociais, com o movimento feminista, com o movimento negro, e a militância foi me engolindo, me engolindo. Aí eu abandonei o mestrado e parti mesmo para o ativismo social, e só fui voltar para a universidade vinte anos depois, em 99, quando eu voltei para a Universidade de São Paulo, aí já na área de Educação, onde eu pude fazer o meu doutorado.

H.A. – Aí você o mestrado e o doutorado?

S.C. – Eu me candidatei novamente ao mestrado. Eu entrei no mestrado, na qualificação a banca me passou para o doutorado direto e eu conclui o meu doutorado em 2005 fazendo um exercício de utilização de conceitos de Foucault aplicado ao campo das relações raciais no Brasil. Uma experiência muito gostosa. Então essa é minha trajetória.

L.O. – Vou perguntar uma coisa pontual da sua trajetória, se você achar que não deve... Você estava lá tentando encontrar o seu espaço dentro do mestrado da USP e tudo, e aí você olhou para PUC e “mudei para a PUC”. Isso em setenta e tantos, oitenta?

S.C. – Oitenta e pouco, bem comecinho de oitenta.

L.O. – De fato, a PUC abria mais espaço...

S.C. – Era um oásis. [riso] Aliás, eu tive uma experiência rápida lá. Eu fiz alguns créditos, mas foi... Tem um momento importante ali que foi a possibilidade de trabalhar, durante um semestre, com Octavio Ianni. Foi uma experiência decisiva para mim, primeiro pela generosidade do intelectual que ele era, a sensibilidade que ele tinha para com o tema que era do meu interesse. E, embora, pelos compromissos que eu já estava assumindo no plano do ativismo, eu não poderia continuar... Eu me lembro perfeitamente que ele me disse uma coisa e que foi uma coisa decisiva, ele me disse: “Sueli, seria legal se você continuasse, se você concluísse e tudo mais, mas os títulos acadêmicos não são necessariamente uma exigência para pensar, produzir e tudo mais. Mas eu te peço uma coisa: eu te deixo ir, mas não deixe de escrever. Nunca pare de escrever”. E realmente isso... Nesse momento eu estou em dívida com

ele, mas eu cumpri... [riso] Nesse exato momento eu estou devendo, mas por um longo tempo eu atendi a essa...

L.O. – Nesse sentido, quer dizer, a PUC e [Octávio] Ianni abriam muito mais esse espaço. A universidade em geral e a USP² muito mais fechado, cânones muito rígidos, é isso? A gente pode ler isso dessa maneira?

S.C. – Um certo ranço também, um preconceito. Porque veja, eu estava em um departamento de Filosofia e eu tinha uma pretensão legítima de estudar filósofos contemporâneos africanos que na época eram especialistas na mais alta literatura e que eram filósofos reconhecidos na Europa, nos Estados Unidos, inclusive davam aulas em grandes universidades. Eles só eram desconhecidos na Universidade de São Paulo, por alguma razão, por um eurocentrismo muito evidente que não só desconhecia como negavam a importância. E muitos daqueles filósofos eram mais importantes do que aqueles que lá estavam em termos de projeção internacional e tudo mais. Então eu acho que tem esse componente inequívoco.

L.O. – Está certo. Me diga uma coisa, você diria que, vamos dizer assim, o seu enfrentamento, a discriminação feminina e racial começou junto ou um puxou o outro?

S.C. – Não, eu acho que isso veio razoavelmente junto. Eu acho que sim, mas eu diria que a experiência da discriminação racial sempre é primeira, ela se manifesta nos primeiros contatos que você tem fora do lar e às vezes até dentro do lar, não é? Você é criança, seis anos de idade, começa a ir para a escola, como no meu caso, e você começa... Quer dizer, essa coisa da vivência ou com os amiguinhos... Então eu acho que primeiro aparece a discriminação racial. Eu vivi isso desde pequena. A questão de gênero foi se colocando um pouco mais tarde, mas a questão racial é aquilo que o Sartre dizia: “Você pode mudar de nome, você pode trocar o nariz, até o sexo você troca, mas a cor da pele ainda não é possível”. Então é a coisa que chega primeiro, é o primeiro nível de enfrentamento que se tem. Eu me lembro de muito novinha... A primeira experiência que me lembro... Assim, com seis anos de idade, de sofrer agressões no ambiente escolar. Aquela coisa de “negrinha”, “cabelo de Bombril” ou “pixaim”, “boneca de

² Universidade de São Paulo

piche”. Essas coisas... Eu me lembro disso. A partir dos seis anos eu me lembro bem. Mas evidentemente são experiências que devem ter acontecido antes disso. E todas as crianças negras sabem o que é isso, padecem disso.

L.O. – De alguma forma, dentro da família, você tinha esse suporte...?

S.C. – Sim, os meus pais nos preparavam para ir para a rua, para enfrentar o mundo, digamos, e era de uma maneira bastante interessante. A minha mãe dizia literalmente: “Se alguém te xingar de negrinha e você chegar aqui chorando vai apanhar, porque não foi capaz de reagir”. Ou seja, você tinha que ir para a rua e de alguma maneira você tinha que responder àquilo. E é muito interessante, eu sabia que ia ser... Eu não podia chegar em casa chorando e reclamando que alguém me bateu porque... Então eu aprendi a bater muito cedo e bati muito. [risos]

L.O. – Claro, claro. Não podia desenvolver piedade de si não, tinha que...

S.C. – Não tinha conversa.

L.O. – Nessa... Você já falou... Quer dizer, em que momento você estava na universidade. De alguma forma o estudo foi oferecendo uma trilha para você se organizar e se construir na vida e você diz que lá em um determinado momento teve a dificuldade específica no tema do estudo, mas aí a militância, o ativismo, foram mais forte. Então, eu acho que um pouco você podia falar isso, quer dizer, a emergência ou o crescimento do ativismo até a criação...

H.A. – E seria interessante isso ser junto até com a contextualização da militância na época: em que momento você entrar em uma militância que já existia e como que ela...

S.C. – Pois é... Eu sou muito produto da minha geração, do contexto da emergência dos movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos na década de 70, dos movimentos de libertação das nações africanas, dos movimentos de independência das nações africanas, das ex-colônias, sobretudo Angola, Guiné-Bissau, Moçambique. Ou seja, todo esse contexto de efervescência de emancipação das colônias africanas e, sobretudo, dos movimentos de direitos civis norte-americanos liderados por Martin Luther King, do pensamento de Malcolm X. Então,

é esse o contexto dos anos 70. Eu sou muito produto dessa geração e desse momento. E tem um elemento crítico na história nacional que é a Ditadura Militar, então, também tem todo um ativismo que estava organizado no combate à Ditadura Militar. Eu estou dentro da USP nesse momento, e a USP foi um foco forte, os estudantes foram de resistência ao regime. Então é todo esse contexto e era tudo acontecendo ao mesmo tempo durante essa década tão vigorosa, final da década de 60 e a década de 70 que realmente me forja. E eu vou me situando politicamente à esquerda, vou incorporando as lutas libertárias que estão ocorrendo no continente africano, vou assumindo a perspectiva da luta racial e de gênero. E isso tudo se deu simultaneamente ao longo de toda essa década poderosa. Em 75 tem a Conferência de Nairóbi que reintroduziu na agenda internacional o tema da questão da mulher que a ONU³ repõe. Em 78 acontece aqui um fato histórico importante que é o nascimento do Movimento Negro Unificado que, em função do assassinato de um jovem negro ocorrido em São Paulo, mobilizou muito e sensibilizou muito a militância. Isso cria esta organização que na época foi fundada sob a liderança de várias pessoas, mas que tem uma pessoa em especial que é a Lélia Gonzalez que uma mulher negra que foi decisiva também na minha formação no campo das relações de gênero com recorte racial; e Abdias do Nascimento que é o patrono da luta negra contemporaneamente, não é? Então são signos muito fortes e o MNU⁴ traz uma perspectiva muito forte de abordagem da questão racial articulando as variáveis de raça e classe como determinantes para a compreensão das desigualdades sociais que existem no Brasil e a necessidade que, digamos, o pensamento de esquerda incorporasse a dimensão racial como tão estrutural para compreensão das assimetrias sociais quanto a dimensão de classe social. Então são as perspectivas que vão formando o meu pensamento. Bom, nesse período eu sou plateia desse ativismo que vem do final dos anos 60 e 70. Já no começo dos anos 80, começa o processo de redemocratização, eu me lembro que aí emerge a primeira organização da qual eu fui uma das fundadoras. Nesse momento, começa um debate em São Paulo... No contexto das primeiras eleições para o governo do Estado começa um esforço de pautar os temas que estavam sendo construídos: questão de gênero, do negro, da mulher. Em toda essa década que eu descrevi, isso estava germinando, e é o momento em que se leva para os partidos que vão disputar as primeiras eleições livres essa agenda como uma agenda de políticas públicas. E nesse contexto começa

³ Organização das Nações Unidas

⁴ Movimento Negro Unificado

o debate de criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo que de fato é criado como compromisso de campanha do então governador eleito Franco Montoro. E emerge no contexto da administração pública essa novidade que ali se inicia que são os conselhos de mulheres e posteriormente é criado o Conselho do Negro. E esse conselho foi criado sem a presença de nenhuma mulher negra. Isso criou um constrangimento extremamente sério e a época havia uma radialista negra, com bastante expressão pública, chamada Marta Arruda. Ela começou todo um processo de questionamento desse novo órgão com aquelas características de ser composto por – não me lembro o número exato acho que era mais de vinte – conselheiras e não havia nenhuma negra. E isso fez com que algumas mulheres negras começassem um processo de discussão sobre esse fato. Desse processo de discussão surgiu uma instituição chamada Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo e esse Coletivo foi criado com o propósito de obrigar, digamos, que o Conselho Estadual da Condição Feminina se tornasse um órgão representativo do conjunto das mulheres e incorporasse mulheres negras. Desse esforço foram incluídas duas mulheres negras, a Tereza Santos à época era uma grande liderança negra e uma mulher negra também muito querida por suas posições em relação à questão da mulher. Aí inicia-se essa ideia... Esse Coletivo vai se institucionalizando, mas ele passa a ser uma instância de sustentação do mandato dessas conselheiras, já que brigamos para estar lá dentro: e aí, quais são as especificidades das mulheres negras? Isso tudo fez com que esse Coletivo fosse para dentro do Conselho da Condição Feminina, criasse comissões, subcomissões voltadas para pensar o tema específico das mulheres negras. Ou seja, realmente construiu uma grande estratégia, uma grande incidência das mulheres negras no Conselho. Mas terminada a gestão Franco Montoro, o órgão começa a enfraquecer porque a minha leitura é que esses órgãos dependem sobremaneira da vontade política do governante de plantão para ter eficácia. E o Conselho foi uma experiência exemplar, eu diria, durante o governo Montoro e depois ele entra em decadência. A gente vai percebendo um paradoxo muito grande que a gente havia sofrido um processo de cooptação voluntária na medida em que por força da necessidade de dar sustentação para aquele mandato, a gente também foi se comprometendo com as administrações e havíamos perdido autonomia enquanto a expressão da sociedade civil. É isso que cria a necessidade de germinar uma perspectiva autônoma, independente de organizações de mulheres, que pudesse, inclusive, exercer um papel crítico em relação às políticas públicas voltadas para a questão de gênero e raça como independência, autonomia e tudo mais. São essas condições que vão construindo a ideia do Geledés da Mulher Negra com essa perspectiva

exatamente de ser uma instituição de combate ao racismo, ao ceticismo, de valorização e promoção de mulheres negras em particular, mas da comunidade negra no geral, e que é autônoma, independente partidariamente, ideologicamente e bastante decisiva no seu posicionamento de crítica e controle, sobretudo, das políticas públicas do nosso interesse.

L.O. – Fazendo uma ponte... Eu tinha essa pergunta adiante, mas como você acabou de dizer, você diria que nesse sentido o recurso de uma agência internacional, norte-americana ou estrangeira, foi fundamental para você...?

S.C. – Foi simplesmente vital. Absolutamente vital. Nos permitiu cumprir essa missão institucional, de ser uma voz crítica na sociedade brasileira em relação a esses dois temas sem ter que atender a nenhum tipo de coerção política, partidária e ideológica. Isso é vital. Eu acho que sou um tipo hegeliano apesar de me considerar de esquerda. Eu acho que tenho um desvio hegeliano porque eu acredito na esfera civil. Eu acredito nessa dimensão como dimensão essencial da sociedade, essa dimensão de sociedade civil autônoma, independente, combativa, que exerce monitoramento, que se posiciona criticamente e que não tem que prestar tributo a isso ou aquilo. Então, sem dúvida sem o apoio da Fundação seria muito difícil.

H.A. – Agora, a instituição foi criada em 88, não é? E pelo o que a gente vê... Tem umas tabelas de doações que a Ford deu acesso à gente, primeira doação parece que foi em 90. Então os dois primeiros anos vocês estavam se estruturando com verba...?

S.C. – Nós estávamos nos estruturando, nós tivemos um pequeno apoio da Coalition, lembra dessa instituição, Lúcia? Uma instituição voltada também para apoiar grupos de mulheres, uma instituição também norte-americana. Tivemos pequenos apoios pontuais durante esse período e era realmente um momento ainda de estruturação. E depois a gente começou com um pequeno apoio da Fundação.

H.A. – E como é que foi esse primeiro contato? Foram vocês que procuraram?

S.C. – Sim.

L.O. – Eles acharam vocês ou vocês acharam eles?

S.C. – Eu acho que houve uma certa coincidência. [riso] Uma certa coincidência. Eu acho o seguinte, este apoio ao Geledés está também diretamente relacionado a uma visão estratégica de três pessoas, três mulheres eu relacionaria: Rebecca Reichmann, Joan Dassin e Lynn Walker. A Lynn era uma diretoria, na época, da matriz.

L.O. – É nova para gente.

S.C. – Hoje ela se chama Lynn Huntley, ela assumiu o nome do marido. Então eu acho que essas três mulheres são três pessoas que tiveram uma sensibilidade especial para valorizar, digamos, algo que estava emergindo naquele momento que era o esforço das mulheres negras de se tornarem protagonistas na cena do feminismo e na cena do movimento negro. Por força da minha atuação no Conselho Estadual – vamos ter que fazer uma voltinha aí – da Condição Feminina, porque, como eu disse, o Coletivo se institucionalizou nesse processo. Eu fui também para dentro do Conselho. Eu acabei me tornando, na segunda gestão, secretária executiva da Condição Feminina, dali eu fui convidada, em final de 87, pela Jacqueline Pitanguy para ir para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher coordenar o programa nacional da mulher negra no contexto do centenário da abolição. Então foi nesse contexto em que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o CNDM, estava dialogando com a Fundação Ford, que eu conheci a Rebecca Reichmann e aí eu pude apresentar o trabalho que a gente estava fazendo no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Ela pode conhecer a retrospectiva e ela pode saber da instituição que estava em gestação assim que eu e outras companheiras (eu que estava no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e outras companheiras que estavam ainda no Conselho Estadual da Condição Feminina) nos descompatibilizássemos do governo. E isso foi o início do diálogo que foi se concretizar em projeto uns três, quatro anos depois. Mas era uma coisa que estava sendo acompanhado. Eu acho que era uma coisa que estava emergindo, as mulheres negras como novas atrizes, novos sujeitos políticos no contexto dos movimentos negros e feminista, e que foi acompanhado de perto pela sensibilidade, sobretudo, da Rebecca [Reichmann] que estava mais diretamente ligada às organizações. E eu acho que isso foi pautado e Nova Iorque, nessa época, para nós, era Lynn Walker e eu acho que ela foi alguém que abraçou essa ideia. E eu acho que esse

trunvirato, essas três mulheres – Lynn [Walker], Rebecca e Joan [Dassin] – inauguraram um novo momento de tratamento pela Fundação da questão racial no Brasil. Eu acho que até essa gestão, a questão racial era objeto de estudo da academia. Era apoiado enquanto objeto de estudo de diferentes instituições acadêmicas ou eram apoiadas instituições culturalistas que tinham muito o eixo da cultura como proeminente. Eu acho que havia uma tendência, até então, de lidar com a questão racial como uma questão no âmbito da cultura. Eu acho que esta outra gestão permite a politização desse olhar. Politizam um pouco mais essa visão e passa a dar visibilidade para sujeitos políticos que estavam invisíveis até então para a própria Fundação, que era o movimento social negro, suas organizações, suas lideranças, o seu ativismo e a sua agenda de reivindicações. Eu acho que inaugura aí. E aí, não apenas o Geledés... É a partir desse momento... Quer dizer, Geledés, Ceert⁵, Ceap⁶ são organizações que vem o bojo dessa nova... Começam a ser apoiadas dentro dessa nova perspectiva que eu acho que se inaugura neste período... De um apoio mais efetivo às organizações de combate ao racismo, que inaugura uma concepção mais política, mais politizada e mais politizadora da questão racial e oferece à sociedade um conjunto de organizações importantes, e atores e atrizes políticos importantes que a partir daí adentram à cena da sociedade civil brasileira.

H.A. – Agora Sueli, você falou da Lynn. Isso, então, você acha que foi uma demanda da matriz que...

S.C. – Não.

H.A. – Não. Você acha que foi uma coisa que nasceu aqui...?

S.C. – Não, porque essa crítica era uma crítica que exaustivamente os movimentos negros faziam à Fundação Ford a época. A crítica de que o movimento era um movimento que não era apoiado. Todos os movimentos sociais eram apoiados aqui, não somente pela Fundação, mas em geral: os Sem Terra sempre tiveram apoio de várias instituições internacionais, o movimento feminista sempre teve apoio. Ou seja, o movimento negro nunca foi reconhecido

⁵ Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

⁶ Centro de Articulação de Populações Marginalizadas

como um ator que merecesse e devesse ser apoiado. Isso era uma crítica recorrente. Isso tudo que estou dizendo que se apontava um viés culturalista na abordagem, isso era uma visão corrente no movimento social negro em torno... Então eu acredito que esta gestão se tornou sensível a essa crítica, eu diria.

L.O. – Não tenho dúvidas sobre o que você está falando. A única coisa que eu pensaria é o seguinte: nesta época, estamos falando de anos 80, isso tudo está acontecendo e a própria Ford não tinha... Quer dizer, o que ela apoiava não era os elementos sociais, era universidades, centros de pesquisa. A Ford também está em dúvida sobre o que deve fazer aqui. [riso] É óbvio que o a seguir não, aí ela assume a posição que são sim os movimentos sociais, as ONGs e etc. Só um pouco complexificando o que você está falando. A Ford também não tem claro isso e nessa época, e ela não está apoiando o movimento de Sem Terra...

S.C. – Também não. Então eu acho que aí temos sim um ponto de inflexão em que alguma coisa substancial se altere em termos de política e acho que se alterou para melhor, porque nos deu gerações de ativistas, de intelectuais que empurraram os temas de gênero, de raça e de direitos humanos na sociedade brasileira. Então eu acho que foi um momento precioso em que a Fundação dialogou corretamente também com o que estava acontecendo no mundo, porque havia todo um caldo de cultura que exigia abertura para novos sujeitos incidirem na esfera pública e acho que ela respondeu bem a isso.

H.A. – E desde cara foram financiamentos para projetos específicos ou houve também... Como era começo da instituição houve um apoio institucional propriamente dito?

S.C. – Eu não estou me lembrando muito bem se na época da Rebecca já era isso. Mas a maior parte da nossa história nós tivemos no portfólio de direitos humanos da Fundação Ford. E isso eu acho que também foi um reforço adicional a uma questão que era extremamente cara ao Geledés... O Geledés se inicia estruturado em um tripé que é um programa de direitos humanos, um programa de saúde e um programa de comunicação. E foi a primeira vez que uma instituição negra e de mulheres situou o seu protagonismo no contexto dos direitos humanos e isso foi absolutamente deliberado, foi absolutamente pensado. E eu sempre fui a coordenadora do programa de direitos humanos porque nós tínhamos muita certeza que nós tínhamos que

questionar fortemente uma concepção de direitos humanos que restringia a ideia de direitos humanos às seqüelas produzidas pela Ditadura Militar. Então, o movimento de direitos humanos no Brasil se estrutura em cima da questão da tortura, em cima da questão da anistia, desconsiderando uma história de violação de direitos humanos que constituiu a própria formação do país. Então, cada vez que se falava da tortura... Sim, sem dúvida é inaceitável, mas o Pelourinho, os quatrocentos anos de opressão, isso nunca foram objeto de estratégia de luta em torno de direitos humanos. Então, a minha concepção particular de direitos humanos sempre foi a de obrigar a sociedade brasileira a pensar sempre nisso e tratar as violações decorrentes do racismo e da discriminação como dimensões essenciais das violações de direitos humanos no Brasil. Então, quando a Fundação Ford nos coloca dentro de seu portfólio de direitos humanos é um reforço adicional de legitimação dessa concepção de que questões de gênero, de raça, de orientação sexual são dimensões também essenciais de direitos humanos e que não são suficientemente tratadas no interior das instituições tradicionais de direitos humanos, digamos.

L.O. – Você falou... Ser tratado da área de direitos humanos... E a gente vê também algumas doações sobre participação da conferência da ONU sobre a mulher, depois em 2001, doação para participação na conferência contra racismo, vê também uma coisa mais assim: “treinamento de líderes afro-brasileiros”, especificamente. Tem uma coisa que eu gostaria que você falasse um pouquinho mais que a gente tem dificuldade de entender: o que é *litigation*?

S.C. – É parecido com incidência, mas no âmbito jurídico, não é?

L.O. – Eu bato o olho e digo: “as palavras...”.

S.C. – Isso é coisa de advogues, não é? É a língua que eles falam, o juridiquês. [risos] Os data venia que gostam desses palavrões aí e eles exigem esses palavrões além de tudo. Trocando em miúdos, o que a gente faz mesmo nisso daí é uma incidência em organismos internacionais, sobretudo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, levando para lá os casos de discriminação racial que não foram atendidos nas instâncias nacionais, nas instâncias jurídicas nacionais. Aí é buscar nas instâncias internacionais uma condenação ao Estado brasileiro por

omissão diante dos casos de violação de direitos – que é o que está sendo feito nesse momento com o caso do [Vladimir] Herzog, não é?

L.O. – Está certo. No fundo, no fundo, você aprender e ensinar como você ser capaz de constituir um caso jurídico na sua luta. Está certo. E essa participação, quer dizer, as doações que a Fundação Ford deu para... Um parêntese, eu já vi e já esqueci o que é...

S.C. – Geledés.

H.A. – Tem uma explicação boa no site, mas é bom a gente registrar aqui também, não é?

S.C. – Então, são cultos de adoração ao poder feminino, às ancestrais, às mulheres místicas, que existem nas sociedades tradicionais Iorubás. Esses cultos foram tombados recentemente, acho que menos de cinco atrás, pela Unesco. Lá existem ainda. A pronúncia certa é Geledés, é todo gutural o som. Aí nós abraçamos para ficar Geledés. Então, são cultos de louvor ao poder feminino. Então nós fomos buscar nessa tradição realmente a concepção, digamos, negro-africana para pensar o nosso ativismo feminista. Até porque, ao contrário dos mitos judaico-cristãos, as deusas negras são diversas, intempestivas. Elas não são só santas e putas. [riso] Elas são terríveis, guerreiras, amorosas, apaixonadas, desumanas. [risos] Então, foi buscando essa diversidade de concepção do feminino que a gente foi buscar a nossa concepção de feminismo. Inclusive, essas sociedades incorporam homens no seu interior e também, em conformidade com essa ideia, o Geledés também é uma organização de liderança feminina, mas que sempre incorporou homens nas suas equipes de trabalho.

L.O. – Não só servindo cafezinhos. [riso]

S.C. – Não só servindo cafezinho. Aliás, o litigante-mor aí é homem. [risos]

H.A. – Agora, esse tripé que você estava citando, pelo o que entendo então, a Ford tem uma participação mais intensa em direitos humanos, mais do que na saúde e na comunicação.

S.C. – Sim, historicamente foi a área que ela sempre...

H.A. – E você falou dessas três mulheres importantes, mas eu queria que você falasse um pouquinho dessa troca: o que a Ford trouxe de ensinamento ou de experiência para a luta de vocês e o que vocês levaram para a Ford. E depois também seria interessante você falar como foi passar por vários *program officers* depois da Rebecca, como essa relação vai mudando – que nem governo que você muda ministério, muda aquela coisa toda.

S.C. – É, a gente passou por várias trocas de guarda e isso tem nos criado vários problemas, porque dá a impressão que nós estamos vitaliciamente lá na Fundação, mas existe uma situação muito peculiar. De fato faz muito tempo que... Felizmente, para nós, há um longo tempo a Fundação vem nos apoiando. Eu acredito que nós respondemos positivamente ao investimento que foi feito. Mas é certo também que durante muito tempo a Fundação utilizou o Geledés para poder beneficiar um conjunto de organizações que a época ainda não tinha suficiente institucionalidade para serem apoiadas. Então, nós fomos guarda-chuvas de organizações e estratégias. Por exemplo, Durban era uma estratégia grande e que precisava que alguém abrigasse o recurso que estava previsto por uma estratégia que era nacional e com um grande pedaço internacional. Então nós abrigamos grande parte dos recursos que foram destinados à mobilização da sociedade civil pró-Durban. Nós abrigamos e coordenamos, digamos, essas estratégias, além de prestar contas que é uma dor de cabeça incomensurável. Então, isso é para ilustrar o fato de que se uma pessoa olha apenas os relatórios, vai ver uma quantidade enorme de recursos que foram doados para o Geledés, mas raramente... Quer dizer, nós sempre tivemos um padrão clássico de financiamento que variou entre cem mil dólares/ano e, digamos, uma média de cento e cinquenta mil dólares/ano no máximo. E há um dinheirão que a gente abrigou que foram para diferentes instituições e isso não aparece no relatório porque as instituições não estavam formalizadas. Então isso aconteceu, por exemplo, com o Durban. Isso aconteceu na gestão do Edward Telles, por exemplo, que uma grande quantidade de recursos foram destinados para uma estrutura nacional que foi criada em Brasília que foi o escritório Zumbi dos Palmares, para um outro projeto grande de capacitação de gestores públicos negros para incidência em políticas públicas que foi o projeto do Irohin que era um projeto de âmbito nacional. Então, essas coisas nada... Só depois o Irohin veio a ter um recurso próprio, aí já tinha chegado no seu patamar de institucionalização, as conferências, por exemplo, Beijing... Essas coisas que eram estratégias macro que envolviam, por exemplo, todo o conjunto de mulheres

negras – a gente que abrigou esses recursos –, a articulação de ONGs de mulheres negras. Uma articulação nacional de mulheres negras que envolve organizações de mulheres negras de vinte e sete estados da federação era uma estratégia de organização de mulheres negras – o Geledés fazia parte da secretaria executiva dessa articulação nacional de mulheres negras. E abrigou por várias vezes os recursos necessários a essa mobilização nacional até agora, recentemente, pela primeira, acho que no ano passado, a articulação já está em condições de receber ela própria. Então isso tudo os relatórios não contam, só fica parecendo que a gente está tempo demais lá e recebendo dinheiro demais, não é?

L.O. – Dos cinquenta maiores donatários, o Geledés está em vigésimo segundo lugar, primeiro tem as universidades. Os dados enganam. [riso]

H.A. – Mas isso mostra uma grande confiança da Ford em vocês, não é?

S.C. – Eu acho que sim. Uma grande confiança e também um grande compromisso no sentido de promover, de ajudar grupos que estão emergindo, que tem um papel, que cumpre um papel. Então tudo isso que eu citei são grupos que hoje têm a sua institucionalidade, têm a sua personalidade jurídica e tudo mais, mas também a importância que foi para, por exemplo o processo de Durban, o apoio da Fundação foi vital para os negros brasileiros e para os negros latino-americanos. Tem um companheiro do Uruguai que costuma dizer o seguinte: “Nós chegamos em Durban como negros, saímos como afro-descendentes”. E isso se tornou linguagem consagrada nas Nações Unidas e um capítulo na declaração de Durban, um capítulo específico, que é a carta mais magnífica que a gente conquistou desde o fim do período colonial; de reconhecimento do tráfico transatlântico como um crime de lesa-humanidade, como a indicação de uma enormidade de políticas públicas para equacionar o tema das desigualdades raciais. Eu acho importante ter a oportunidade de dizer isso, infelizmente o conflito do Oriente Médio entre a Palestina e Israel nublou essa conquista histórica que foi para os afro-descendentes de todo o mundo que foram as conquistas de Durban, não é? E a Ford foi generosa no sentido de assegurar a voz e o ativismo dos representantes de cento e cinquenta milhões de afro-latinoamericanos e caribenhos em Durban. E o que saiu de Durban em torno do tema dos afro-descendentes se deveu noventa por cento ao que foi feito pelos afro-latinoamericanos e caribenho no contexto pró-Durban, principalmente na Conferência

Americana que aconteceu em Santiago do Chile. Se você pegar a declaração que sai de Santiago do Chile e a de Durban, você vai ver que Durban incorpora mais de noventa por cento do que foi definido ali e foi este protagonismo que a Fundação assegurou e garantiu, e esse foi o resultado dessa ação que eu acho extremamente exitosa. Não existiria estatuto da igualdade racial sem isso, por exemplo, não é?

L.O. – Você estava mencionando como que a Ford foi importantíssima no processo de construção de uma nova figura, como você falou, do negro afro-americano...

S.C. – O afro-descendente.

L.O. – O afro-descendente que é uma construção muito interessante. Você falando isso, eu pensei duas coisas: de um lado, se a Ford ajudar e apoiar isso permitiu de um lado a autonomia dessa instituição frente a esses partidos e essas instâncias governamentais brasileiras e ao mesmo tempo, vamos dizer, você diria que deu uma perspectiva ou um espaço global e não nacional. Quer dizer, vocês viraram, vocês e outros, uma conversa e uma negociação no mundo, seja no Atlântico...

S.C. – No Atlântico negro. [riso]

L.O. – No Atlântico Negro. É um nível que é uma globalização junto com a ONU... Diferente de movimentos que são movimentos que são mais atrelados a instâncias nacionais, se isso verdade. E de outro lado também acredito que vocês negociaram com as instâncias nacionais, que também têm junções e divergências no nível das políticas nacionais. Assim, quando você falou lá atrás de governo Franco Montoro, abertamente Fernando Henrique, depois governo Lula, vamos dizer assim, comungaram e... Que você falasse sobre esses dois níveis, o nível global do mundo e...

S.C. – É realmente. Digamos que o Geledés sempre teve uma visão nacional e internacional. Nós sempre tivemos uma perspectiva internacionalista para pensar a questão racial pela influência pan-africanista que nós sofremos. A minha geração é pan-africanista e que tem muita consciência de que existe um contínuo cultural, uma experiência comum histórica que faz com

que nós sejamos uma coletividade específica muito demarcada globalmente inclusive. Então, essa concepção de diáspora africana é muito cara para nós. E dois momentos propiciaram que a gente pudesse operar a partir dessa concepção, dois momentos emblemáticos: você tem todo o ciclo social de conferências da ONU da década que começa com a ECO de 92 e passa pela Conferência de Direitos Humanos, Cairo – não estou obedecendo as datas – Beijing, habitação. Ou seja, você teve todo aquele ciclo promissor. Foi um dos momentos mais férteis, eu acho, que a humanidade teve: esse momento que se pôde discutir políticas públicas com os estados e sociedade civil sob a mediação das Nações Unidas. Então, era um contexto em que mulheres e negros... Eu acho que o Geledés por força de sempre ser uma organização feminista, isso era uma agenda muito clara do movimento de mulheres, do movimento feminista, essa inserção internacional e esse diálogo internacional – também é uma coisa muito clara – isso nos levou facilmente a cumprir toda esta agenda. Fizemos toda essa agenda influenciando e introduzindo o recorte racial em todas as dimensões de discussão sobre a questão da mulher. Então eu acho que essa década foi uma década preciosa de incidência política e que rebate no plano nacional, naturalmente. Porque criar a incidência internacional nas conferências era para pressionar os governos a assumirem, no plano nacional, esses compromissos dos quais ele era signatário. E isso também era instrumento precioso para forçar as políticas aqui no plano local. E Durban é a mesma coisa pegando a África e a sua diáspora na mesma dimensão. E é lá também que a questão das ações afirmativas é reafirmada como uma das muitas e múltiplas estratégias necessárias a produção da igualdade de raça e de gênero. Então, a carta de Durban, o programa de ação de Durban incita os estados a adotarem medidas especiais no sentido dessa promoção da igualdade e da equidade. Mas acho que me perdi da sua pergunta. [riso] O que foi que eu não respondi do que você perguntou?

H.A. – Não, eu acho que você respondeu tudo do que ela perguntou que era a questão da dimensão local...

S.C. – Olha que coisa bacana, é no governo... Você vê, o primeiro ato do governo Lula em relação à questão racial é a promulgação da Lei 10.639 de 2003 que institui a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira. É o reconhecimento de décadas de... É uma reivindicação talvez a mais antiga do movimento negro nacional. Em diferente momento você vai ter atores e atrizes... Estava lendo uma coisa sobre Lélia Gonzalez, vendo que desde

o começo da década de 70 ela era uma das pessoas... Então isso vem coroar um esforço do conjunto do movimento... É uma coisa que legitima essa luta de décadas. Na gestão, por exemplo, de Nilcéa Freire a frente da secretaria de política para as mulheres, a gente tem a produção de um documento emblemático. Eu acho que a primeira vez, em política pública, em que há um documento de política pública voltado para as mulheres que coloca como eixo fundamental o enfrentamento do racismo, do sexismo, da lesbofobia e todas as formas de discriminação, mas o racismo como o objeto de política pública. Porque é muito diferente falar em desigualdades como se a aceita com uma certa tranquilidade falar, no plano das políticas públicas, em desigualdade, é muito diferente em enfrentar as desigualdades e enfrentar o racismo. Porque nós temos uma sociedade em que há desigualdade racial, mas não existe racismo, que existe racismo mas não tem racista. Então é uma coisa extremamente nova, pioneira e foi algo que a Nilcéa [Freire] teve coragem e vontade política para assumir em um processo de diálogo e de trabalho conjunto com mulheres negras de diferentes organizações em um grupo que ela criou, um GT de trabalho chamado Eixo 9, voltado para esse tema e que hoje é a política oficial, digamos que a secretaria parte do plano nacional, é um capítulo 9 do Plano Nacional de Promoção da Igualdade de Gênero em que trata especificamente das questões das mulheres negras entre outros grupos discriminados, além do tema racial ser transversal. Quer dizer, além da transversalidade a gente tem um capítulo específico que trata dessa novidade que parece que eu estou brincando, mas é uma coisa muito rara, e no caso de formulação de política pública até então era inédito: enfrentamento do racismo, ou seja, pensar o racismo como causa da desigualdade e não o contrário, ou seja, ou não como se costuma dizer: “Há desigualdade, mas racismo não. Nós não somos racistas”. Pelos menos é o que se diz.

L.O. – Me diga uma coisa, Sueli, se você, olhando esses vinte e cinco anos de luta, porque começou em...?

H.A. – 88.

L.O. – Começou esse aqui, o seu ainda era anterior, não é? Lembrando os últimos 61 anos, você diria, olhando assim, o que você acha que avançou mais ou a posição... A questão das mulheres ou dos afro-descendentes?

S.C. – Sem dúvida das mulheres. Sem dúvida nenhuma. Porque é muito mais difícil lidar com o racismo, tanto é que a gente assiste nesse momento uma ascensão do racismo no Brasil e no mundo em todas as suas variações: xenofobia, intolerância religiosa. É um monstro de múltiplas cabeças. O racismo é a ideologia que está sempre disponível para administrar crises, então ele não morre.

H.A. – Tem ciclos, não é? Volta com mais força.

S.C. – Porque, como diria o Foucault, é ele que permite decidir quem vai viver e quem vai morrer, quem vai estar dentro, quem vai estar fora. Então ele é tão imprescindível que a erradicação dele é um dos desafios mais terríveis que a humanidade tem. E ele está pronto para fazer história de novo. O ovo da serpente já germinou em toda a parte. A gente está vendo essa coisa se multiplicando em uma série de fatos terríveis e no Brasil é um tema que está radicalizando. Quer dizer, havia uma etiqueta que foi rompida, não é mais possível sustentar o discurso do mito da democracia racial e o conflito racial está se tornando cada vez mais explícito, principalmente porque houve uma mobilidade, uma mudança na estrutura, um deslocamento ainda que não estrutural, mas um deslocamento por esses, digamos, emergentes que começam a aparecer em lugares indevidos, a ocupar lugares nos quais eles não estavam previstos. Então tem uma intolerância que começa aparecer que é daquela classe média tradicional que está horrorizada porque os aeroportos estão parecendo rodoviária ou porque estão parecendo praça de alimentação. Então tem todo um cálculo de cultura sendo produzido aqui no sentido de manifestar a rejeição dessa democratização de certos espaços que eram privativos de classes superiores e que hoje começam a ser... Os feios e escuros começam a ocupar também. Então, a gente nota uma intolerância visível, não é?

H.A. – É verdade.

L.O. – Quem que estava falando sobre esses estudos sobre dados de violência... Essa coisa: os dados de violência mostram que, no caso, jovens negros... E aí, essa pessoa, um pouco na brincadeira, comentava: “É um problema porque as mulheres negras estão se capacitando, estudando... Só que não há mais homens para elas porque os jovens negros estão sendo

dizimados”. Eles estão em uma guerra, essa era a indireta. Aí eu falei, pensando gênero e...: “Que coisa interessante”. Aí eu me lembrei também, pelo o que você falou aqui para a gente, quer dizer, com todo o problema do racismo, da desigualdade na sociedade brasileira – não estou negando isso não -, mas por outro lado o espaço das culturas religiosas africanas permitiu manter uma posição da mulher negra, que em outros lugares... A mãe de santo, entendeu? Você até fala da figura das Geledés. Quer dizer, esta força, misturada com a Igreja Católica... Essa coisa confusa daqui, mas sempre... Eu acho que é melhor a gente desligar isso e ficar conversando depois, não é? Porque é muito interessante a posição da mulher nessa sociedade.

S.C. – Eu escrevi um artigo no começo da década de 80 que foi resultado de uma pesquisa, inclusive, patrocinada pela Fundação Carlos Chagas, naquele concurso que havia sobre a questão da mulher, lembra? E chama *O poder feminino no culto aos orixás*. E eu discuto nesse artigo esse tema, de como isso produz feminino completamente diferente, com outro tipo de pegada, vamos dizer. Por isso que diz que as mulheres negras são muito bravas. [risos]

H.A. – Bom, aquela pergunta, não sei se a gente pode voltar a ela, sobre ações afirmativas. Como é que você identifica que esse amadurecimento da Ford em relação a esse tema da questão racial, como é que colaborou para a consolidação? Você acha que teve um papel importante da Ford nisso?

S.C. – Olha, eu acho que a Ford... A minha experiência na relação com a Ford eu deduzo seja experiência das outras organizações com a Ford. A relação é sempre de: a gente pauta um tema, um problema e ela aceita ou não. E se ela aceita, ela financia. Eu nunca percebi nenhum tipo de ingerência nisso. Na maioria dos casos eu prestava conta do dinheiro gasto e o relatório narrativo do que tinha acordado que iria fazer. Nunca tive um representante que tenha me sugerido ir para cá, ir para lá. A primeira experiência de ação afirmativa que teve no Brasil foi realizada pelo Geledés em parceria, em uma aliança estratégica, digamos, entre ONG/governo/sociedade civil. Foi Geledés com Fundação Banking Boston e Fundação Palmares. Três organizações que acordaram um projeto piloto, modelo, chamado Geração 21 – que foi um projeto que teve uma enorme repercussão, que era um projeto estratégico que tinha por intenção não apenas capacitar vinte e um jovens emblemáticos do que poderia ser feito em termos de política pública para... Mas para colocar o tema em debate, para discutir

com a sociedade, para mostrar que ação afirmativa não dói, não desestrutura as hierarquias instituídas pela sociedade e que, ao contrário, era capaz de promover mais justiça social e tudo mais. Então ele tinha muito essa função. Então veja, o primeiro projeto de ação afirmativa, ao contrário do que diz a propaganda adversária das ações afirmativas, não foi um tema pré-patrocinado pela Fundação Ford, não foi um projeto no qual a Fundação Ford estivesse envolvida. Ao contrário do que diz a propaganda adversária que tenta o tempo todo dizer que é uma política que está sendo copiada dos Estados Unidos sob o patrocínio da Fundação Ford. Então é altamente manipulador esse discurso porque ele não tem, digamos, base histórica. E mais, eu acho que tem um discurso aí anti-ação afirmativa que lança muito mão disso de dizer que é americanismos, que estamos importando, e que também, sacanamente, intencionalmente, deliberadamente omite o fato de que as ações afirmativas não são também invenções americanas, não é? Não é invenção dos Estados Unidos, embora os Estados Unidos tenha desenvolvido, sei lá, uma estratégia muito boa em torno desse tema. Mas tem todo um discurso que busca utilizar ranços de um velho anti-americanismo para deslegitimar um esforço que está se fazendo aqui. O ativismo negro no Brasil se deteve sobre a experiência americana, sobre a experiência canadense, sobre a experiência indiana, sobre a experiência, inclusive, soviética sobre o tema das ações afirmativas e isso é completamente... A multiplicidade de países que adotaram alguma forma de ação afirmativa... A multiplicidade, diversidade, inclusive, em termos de níveis de desenvolvimento e culturais, essa diversidade é omitida no debate intencionalmente e, ao meu ver, deliberadamente para caracterizar essa posição dos movimentos negros como uma posição americana, não é? Então é sacana, manipulador. É isso que algumas figuras notórias que estão aí... E que infelizmente, até ex-representante da Ford já se prestaram a esses jogos, como, por exemplo, seu Peter Fry.

L.O. – Me diga, tem mais alguma coisa que você esteja lembrando?

H.A. – Tem uma última pergunta em relação a Ford também que eu acho também que é interessante. É uma questão muito cara e que realmente perpassa todos os programas da Ford; a questão raça, gênero, não é? E eu acho que em um determinado momento, eles, de certa forma, estimularam essa análise, essa discussão de, por exemplo, quadros de funcionários, de colocar no relatório quantos negros, a diversidade de gênero, de raça nos quadros das organizações. E a gente conversando aqui com diversos donatários e também com membros do

staff e lendo até uma consultoria que o Edward Telles fez antes de ser *program officer*, ele fala da dificuldade disso, como algumas instituições recebiam isso com alguma dificuldade, explicavam como era complicado definir quem era branco quem era preto – essas coisas, não é? Enfim...

S.C. – A polícia nunca erra, por que será, não é?

H.A. – Como é que você vê isso?

S.C. – Ué, típico do racismo à brasileira, não é? As pessoas aqui se consideram progressistas por achar que: “A minha empregada doméstica eu a trato como se fosse gente”. O racismo à brasileira é assim, país escravocrata tem esse tipo de herança. As pessoas acham natural elas... A questão racial é estratégica para obtenção de recurso, mas não para ter negros dentro de seu *staff*. A hipocrisia do racismo brasileiro é dessa ordem. Dinheiro para questão racial me serve, eu posso fazer qualquer discurso sobre ele. Agora, eu não acho negro para colocar no meu *staff*, não encontro ao redor. Mas eu tenho nenhum constrangimento em receber o dinheiro para lidar com o tema. Aliás, desde o Silvio Romero, negro no Brasil é bom para isso: como objeto de pesquisa. Aliás, também não é à toa que a maioria de todos os adversários públicos que existem contra as cotas na universidade começaram suas carreiras estudando negro e são os que dizem que não sabem como definir como tem negro. Como objeto de pesquisa todo mundo sabe quem é negro, na hora de fazer a política de igualdade todo mundo perde o negro. Aí ele tem uma insustentável leveza de ser. É extraordinário, desaparece. Mas para tirar título acadêmico todo mundo sabe quem é negro. É incrível, não é? Aliás, todos os intelectuais nosso das Ciências Humanas começaram a sua trajetória acadêmica estudando negro e depois todo mundo perde, ninguém sabe mais quem é, só a polícia continua sabendo.

L.O. – Quer dizer mais alguma coisa independente do que a gente perguntou que gostaria falar?

S.C. – Eu espero que nos próximos cinquenta anos a Fundação Ford esteja aqui no Brasil e apoiando esse tema, porque é um tema crítico e crucial para o futuro desse país. Se nós vamos alcançar uma verdadeira democracia racial e vamos poder dar um exemplo ao mundo de

convivência pacífica racial depende de como a gente lidar com esse tema e eu espero que a Ford continue contribuindo para fazer ele avançar nas sociedade brasileira.

H.A. – Muito obrigada, Sueli.

L.O. – Obrigada.

[FIM DO DEPOIMENTO]